**GERENCIAMENTO DA AUTONOMIA INFANTIL**

Orientador: Me. José Wilson Araújo Fraga\*

Orientanda: Ana Elizabeth Girão Nogueira\*\*

**Resumo**

O presente artigo pretende analisar alguns pressupostos considerados fundamentais para o desenvolvimento da autonomia em crianças. O artigo tem como finalidade discutir o papel da educação no desenvolvimento de tais habilidades. Partindo do princípio de que a qualidade das atividades desenvolvidas na escola é fundamental no desenvolvimento e construção da autonomia, pretendeu-se apontar algumas questões relacionadas à metodologia de ensino e à oferta de atividades significativas aos alunos. É necessário que haja compreensão da importância da autonomia infantil entre todos os envolvidos no processo (professores, pais e gestores). Os autores que fundamentaram este artigo foram Piaget e Vigotsky.

**Palavras-Chave:** Autonomia, Educação, Metodologia, Infantil.

**Introdução**

Este artigo mostrará a importância da autonomia infantil dentro do processo de desenvolvimento cognitivo, onde a criança autônoma consegue desenvolver habilidades motoras com mais facilidade e rapidez. Essa construção deverá ser orientada e supervisionada pelos pais e escola.

A autonomia nada mais é do que uma independência, onde o sujeito assume o total controle sobre suas ações. Ser autônomo implica, desta forma, um corte radical e uma ausência total de qualquer dependência dos outros. Contudo, esta percepção corresponde muito pouco ao verdadeiro significado da autonomia.

  O ser humano não é um ser isolado, ele é “intrinsecamente um ser de relação.” (Pinto, 1998, p. 17). A literatura mais relevante sobre a autonomia  na aprendizagem acentua a importância da inter-relação com os outros para que o aprendente possa assumir um maior controle na sua aprendizagem. “O aprendente autônomo não é independente ou dependente, mas sim interdependente.” (Garrison, 1992).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\*Professor Orientador. Doutorado em Educação (UCSF), Mestre em Pesquisa Educacional (UCSF), Especialista em Gestão Escolar (UDESC), Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino da Língua (UECE), Graduado em Letras pela Universidade Estadual do Ceara.

\*\*Graduada em Pedagogia e Pós- Graduanda em Psicopedagogia Clínica e Institucional.

Autonomia é autogoverno, é “a submissão do indivíduo a uma disciplina que ele próprio escolhe e a constituição da qual ele elabora com sua personalidade.” (Piaget, 1998). Piaget em O julgamento moral na criança trata do desenvolvimento moral e mostra que a criança passa por duas fases, a anomia e a heteronomia; que são superadas conforme vão ficando mais velhas e evoluindo em suas relações, até conquistar a autonomia.

A anomia caracteriza as crianças de até um ano e meio, que fortemente egocêntricas não conhecem o que é certo e o que é errado, são incapazes de seguir normas. Neste momento, o tipo mais forte de relação que estabelecem é o de afeto pelos pais.

A heteronomia é característica do momento que surge o respeito a regras que são impostas por pessoas mais velhas, que são exteriores à criança e ditadas de forma coerciva. Por isso se desenvolve um respeito unilateral em relação ao adulto, baseado em dois sentimentos: o afeto e o medo.

A criança heterônoma julga segundo o realismo moral, isto é, as regras são seguidas ao pé da letra. Ela despreza as intenções dos atos e se apega a suas consequências, considerando como boa toda criança que segue fielmente às regras dos adultos.

As crianças passam a considerar lei toda regra recebida dos adultos (pais e professores), respeitando–as pelo amor que têm em relação a eles e pelo medo da reação do adulto perante o descumprimento de uma das regras. Nesta fase, as regras são obedecidas, mas não compreendidas pela sua função social. Portanto, as crianças são incapazes de julgar com coerência por não entenderem os critérios utilizados na formulação das normas.

Da perspectiva de Vigotski (1995), pode-se compreender que para o sujeito tornar-se capaz de dominar sua própria conduta, é preciso passar pelo complexo desenvolvimento das funções psicológicas elementares às superiores, caminho que é percorrido via mediação do outro, pelo desenvolvimento da fala, já que a linguagem é considerada como o principal meio de aquisição e internalização dos signos existentes na cultura.

Vigotski e Paulo Freire nos põem para refletir sobre essas influências, em como o meio é fundamental para a constituição do sujeito, ao mesmo tempo em que esse sujeito também constitui o meio: meio autônomo, sujeito autônomo.

**1 A importância da Autonomia**

A autonomia  é um conceito relacional (somos sempre autônomos de alguém ou de alguma coisa) pelo que a sua ação  se exerce sempre num contexto de interdependência e num sistema de relações. A autonomia é também um conceito que exprime um certo grau de relatividade: somos mais, ou menos, autônomos; podemos ser autônomos em relação a umas coisas e não o ser em relação a outras. A autonomia é, por isso, uma maneira de gerir, orientar, as diversas dependências em que os indivíduos e os grupos se encontram no seu meio biológico ou social, de acordo com as suas próprias leis.” (Pinto, 1998, p. 17).

             Macedo (1991) declara que a autonomia pressupõe auto-organização. “Ao organizarem-se, isto é, ao estruturar-se na realização de objetivos que define o sistema, diferencia-se de outros sistemas com quem está em inter----relação, criando a sua própria identidade. É um sistema autônomo.” Assim, a autonomia pressupõe que se seja capaz de identificar, e assim, se diferenciar dos outros. Mas esta capacidade de diferenciação só é possível na inter-relação com os outros. “Quanto mais são as trocas de energia, informação e matéria que um sistema estabelece com o ‘meio’, maior é a sua riqueza, a sua complexidade, as possibilidades de construção da autonomia.” Para esta autora, a essência da autonomia da escola passa pela capacidade de efetuar trocas com os outros sistemas que envolvem a escola. A autonomia da escola não é algo adquirido, mas sim algo que se vai construindo na inter-relação, pois só assim a escola vai criando a sua própria identidade.

 Sarmento (1998) afirma que as organizações escolares podem assumir diversas formas de regulação, tendo em conta duas grandes linhas: o formal / informal, e a diacronia / sincronia (correspondendo à continuidade / mudança).

A autonomia está ligada diretamente ao desenvolvimento, então é necessário que exista embasamento entre ambas. Segundo Piaget, cada período do desenvolvimento é caracterizado por aquilo que, de melhor o indivíduo consegue fazer nessas faixas etárias. Todos os indivíduos passam por todas essas fases ou períodos, em sequência, porém, o início e o término de cada uma delas dependem das características biológicas do indivíduo e de fatores educacionais, sociais. Portanto, a divisão nas faixas etárias é uma referência, e não uma norma rígida, então a autonomia aparece auxiliando essas passagens de faixas etárias.

Quando a criança evolui em sua autonomia, ela passa a ser uma criança mais confiante e segura, tudo isso estimula a aprendizagem cognitiva e as habilidades motoras. Os orientadores devem, efetivamente, corresponder a cada evolução, as atividades devem ser instigantes, criativas, reflexivas e que desenvolvam também a criticidade. Não podem ser atividades cansativas. Deve-se respeitar o limite de tempo da criança, onde a concentração deverá existir, portanto, a criança não pode estar fatigada.

Uma criança autônoma tem a capacidade de escolher, de interagir, argumentar, resolver suas tarefas, auxiliar outros, questionar situações de injustiça, identificar suas dificuldades, observar e julgar os adultos, entre diversas outra habilidades, sabemos que cada criança desenvolve-se de forma diferente umas das outras.

Emocionalmente, torna-se uma criança menos carente, aprende a lidar melhor com situações conflitantes, analisam os fatos, e apresentam um equilíbrio entre a razão e a emoção.

Cognitivamente, apresenta características de independência, levando-a a agir de forma mais coerente em suas ações e decisões, claro que tudo de acordo com sua faixa etária. Não pode se confundir a maturidade para cada faixa etária, é fundamental essa compreensão para não haver prejuízo à criança.

**2 Construção da Autonomia Infantil**

Jogos são fundamentais para a construção dessa autonomia, pois através do lúdico a criança pode vivenciar situações imaginárias e/ou reais. A cada nova situação estimulada na brincadeira, ela irá desenvolver suas habilidades em cada setor. Independente de haver interação entre todas as crianças envolvidas no jogo, cada uma delas irá ressaltar uma habilidade diferente, dentro de seus limites. Cabe ao orientador, identificar e incentivar a cada criança, respeitando o limite de tempo e regras do jogo. Ao aplicar novas regras, estará estimulando o desenvolvimento de uma nova etapa de autonomia. Ao perceber o avanço, o orientador deverá apresentar outro jogo com novas situações conflitantes, que a levará a outro nível de pensamento.

A criança deve confiar em seu orientador, é importante que a afetividade seja correspondida, pois uma criança que sente-se segura, terá, consequentemente, um desenvolvimento mais rápido e o processo, provavelmente, será menos doloroso.

O ambiente precisa ser agradável, colorido, limpo, iluminado, lúdico. Ele deve acolher cada criança, ela precisa querer estar no local, sentir-se contente, para isso, deve haver um bom planejamento do ambiente para que o projeto atinja os objetivos com as ações traçadas.

Para favorecer a autonomia, as relações de cooperação são fundamentais. Portanto, o ambiente deve inspirar, desde cedo, o exercício do respeito mútuo, a discussão de regras e a resolução não violenta dos conflitos diários. Portanto, é preciso garantir o espaço para as crianças **se expressarem**sem, contudo, permitir atitudes que firam o princípio do respeito (bater, empurrar, morder), mas sim as incentivando a mostrar o que sentem por meio das **palavras**.

Então, devido à necessidade de se desenvolver a autonomia, compreende-se que devem ser traçadas metas que precisam se adequar à idade de cada criança a ser orientada, para que não sobrecarregue ou menospreze sua capacidade cognitiva.

Tais metas devem estabelecer desafios que estimulem esse desenvolvimento e, ao superar cada desafio, a criança deve avançar de forma que estabeleça uma assimilação e acomodação do novo comando e que, a partir disso, possa progredir em novas etapas.

Os orientadores devem ter conhecimento e sensibilidade para perceber quando cada criança estiver apta à transição das etapas, elaborando, para ela, novos comandos, novas regras, novos exercícios, dando continuidade à construção da autonomia, observando o desenvolvimento cognitivo da criança em suas habilidades.

**3 A Autonomia no contexto educacional e familiar**

A parceria entre a família e a escola é essencial para obtenção de um bom resultado dessa construção da autonomia, que será resultado da junção das orientações feitas em casa e na escola.

Os pais têm que compreender o que é desenvolvido no ambiente escolar, para que, assim, possam dar continuidade no processo. A escola precisa oferecer recursos (palestras, formações e oficinas) a esses pais, já que muitos não possuem conhecimento sobre tal assunto. Sem essa parceria, a construção da autonomia torna-se complicada ou ineficaz, já que, em casa, a criança não terá como aplicar o que foi aprendido na escola, portanto, a família tem a função de dar continuidade a essa construção.

A escola deve fazer as devidas intervenções para que a família sinta-se apoiada, divergências poderão ocorrer, mas importante é que exista coerência entre ambas as partes.

O desenvolvimento da autonomia nas crianças são pressupostos desejáveis de uma educação de qualidade. Entretanto, para que se consiga atingir tal objetivo, é preciso que os professores mudem sua visão de educação. A postura tradicional de cópia, de repetição e de atribuição dos conhecimentos ao professor (*"o detentor do saber"*, aquele que vai *"dar"* o conhecimento para o passivo aluno que vai *"receber"* o que já está pronto e acabado) precisa ser substituída por uma atuação mais marcante do aluno na construção de seu próprio saber. A pesquisa necessita ganhar cada vez mais espaço na escola e o conhecimento deve ser visto com algo a ser construído por ambos: professor e aluno. Quando conseguirmos modificar a educação, substituindo a postura de passividade por uma educação ativa, rica e interativa, não será difícil construirmos as bases para o desenvolvimento de seres humanos mais criativos, conscientes, autônomos e críticos.

 Ao falar da atividade criadora na escola, Vygotsky critica a imposição de temas desvinculados da realidade da criança, assim como a não valorização do interesse das mesmas. Esta crítica é sempre presente nos estudos de Piaget, nos quais ele frisa que, enquanto não forem valorizados os interesses das crianças e enquanto as atividades desenvolvidas na escola partirem apenas do professor, estará se tendo como ponto de partida o que é, na verdade, ponto de chegada e não se estará dando atenção e valor aos pressupostos do desenvolvimento infantil.

Freire (1996, 1999, 2005) trabalhava com o conceito de autonomia como a capacidade de agir por si, de poder escolher e expor ideias, agir com responsabilidade. Essas definições demonstram a semelhança dos conceitos. Compreendendo isso, os pais poderão interagir com o processo delegando tarefas que estejam de acordo com a faixa etária de cada criança. A escola, por sua vez, deve planejar e executar atividades que estimulem e desenvolvam a autonomia infantil.

Da perspectiva de Vigotski (1995), pode-se compreender que para o sujeito tornar-se capaz de dominar sua própria conduta, é preciso passar pelo complexo desenvolvimento das funções psicológicas elementares às superiores, caminho que é percorrido via mediação do outro, pelo desenvolvimento da fala, já que a linguagem é considerada como o principal meio de aquisição e internalização dos signos existentes na cultura.

A comunicação exerce uma função fundamental para que se complete o processo de aquisição da autonomia infantil, é necessário que o que seja dito pela escola e família seja compreendido pela criança. A mensagem deve ser interpretada para que o comando aconteça da forma esperada. A criança é receptora da informação, deve-se estabelecer uma rotina constante nas orientações dadas, atividades, dinâmicas e jogos aplicados.

É possível educar para a autonomia, respeitando-se as normas de convivência social e respeitando o próximo e seus limites, sem se viver em um anarquismo e nem sermos robotizados. Afinal, em busca da autonomia, estamos buscando o desenvolvimento da pessoa em si e da própria sociedade.

Uma criança autônoma se apropria da realização de tarefas adequadas à sua faixa etária e, em alguns casos, pode haver uma apropriação de tarefas complexas. Nesse caso, é estabelecido um paralelo entre o que foi orientado pela escola e família e o que é executado pela criança.

**Considerações Finais**

No contexto educacional, autonomia representa a condição do aluno que busca por si mesmo as respostas para as perguntas que formarão seu conhecimento. Por diversas vezes, a autonomia do aluno e da criança em si mesma, é considerada como autogoverno, autoformação e autodeterminação. Esse princípio que caracteriza a autonomia do aluno e da criança em ambiente escolar tem sua origem em preceitos socialistas que influenciaram a autogestão da criança com sendo a autonomia plena (MARTINS, 2008).

Para Piaget, a constituição do princípio de autonomia se desenvolve da autoconsciência. No início, a inteligência está calçada em atividades motoras, centradas no próprio indivíduo, numa relação egocêntrica de si para si mesmo. É a consciência centrada no eu. É o estado de anomia. A consciência dorme, diz Piaget, ou é o indivíduo da não consciência. No desenvolvimento e na das ações, o indivíduo reconhece a existência do outro e passa a reconhecer a necessidade de regras, de hierarquia, de autoridade. O controle está centrado no outro. O indivíduo desloca o eixo de suas relações de si para o outro, numa relação unilateral, no sentido então da heteronomia. A verdade e a decisão estão centradas no outro, no adulto. Neste caso, a regra é exterior ao indivíduo e, por consequência, sagrada.

Na autonomia, as leis e as regras são opções que o sujeito faz na sua convivência social pela autodeterminação. Para Piaget, não é possível uma autonomia intelectual sem uma autonomia moral, pois ambas se sustentam no respeito mútuo, o qual, por sua vez, se sustenta no respeito a si próprio e reconhecimento do outro como ele mesmo.

A possibilidade de agirmos de modo autônomo, segundo Piaget, pressupõe desenvolvimento e aquisição de conhecimentos, atividades cooperativas, descentralização e entendimento dos pontos de vista de outros sujeitos, o que significa que tais atitudes são adquiridas através da experiência com os outros sujeitos e da relação dos sujeitos com o mundo a sua volta.

O indivíduo submete-se às regras, e pratica-as em função do outro. Segundo Piaget este estágio pode representar a passagem para o nível da cooperação, quando, na relação, o indivíduo se depara com condições de possibilidades de identificar o outro como ele mesmo e não como si próprio.

A criança, para Piaget, não é "um ser passivo cujo cérebro deve ser preenchido, mas um ser ativo, cuja pesquisa espontânea necessita de alimento". Esta ideia vem ao encontro da ideia de cooperação, na medida em que o trabalho em grupo e a pesquisa são atividades que permitem colaboração e troca. Recepção passiva de informações, memorização de dados, cópias de atividades são atividades que isolam intelectualmente os alunos.

**A autonomia depende da diminuição da dependência dos pais** (e outros adultos, como professores, por exemplo) **e tem como ganho uma maior segurança em relação às próprias capacidades. Para que a criança se torne autônoma, ela necessita ser autorizada por seus pais a crescer e se desenvolver, o que nem sempre é fácil.**

O desenvolvimento da autonomia na infância permite a construção de uma personalidade saudável e possibilitará o desenvolvimento da capacidade de resolver conflitos ao longo da vida.

Apenas uma criança autônoma aprende a fazer escolhas, avaliar os próprios desejos e sentimentos e traçar metas para alcançá-los. Junto com a autonomia, outras facetas da personalidade se desenvolvem, como a moralidade, e com ela os conceitos de certo e errado, pois a autonomia traz consigo responsabilidades e, com ela, vêm os limites.

**Não podemos esquecer que, para o desenvolvimento da autonomia da criança, é importante que ela tenha vivências e experiências de vida, para isto, ela deve ser autorizada a experimentar o meio onde está inserida****.**

Os orientadores (pais, professores e terceiros) devem incentivar a autonomia da criança, podem envolver a criança aos poucos em pequenas escolhas do dia a dia. Deixá-la decidir qual será a sobremesa do almoço, por exemplo. Ser dado opções de trajes para que decida o que prefere vestir, apresentá-la a diferentes livros (limitando o número de opções para que ela não se sinta perdida).

Devem ser expostos os ônus e bônus de toda a escolha, antes que ela decida o que quer e ser dado tempo para que possa refletir.

Caso a criança se arrependa da escolha que fez, deverá ser orientada a lidar com a frustração.

O desenvolvimento da autonomia na infância permite a construção de uma personalidade saudável e possibilitará o desenvolvimento da capacidade de resolver conflitos ao longo da vida.

Esses princípios que devem nortear a Educação voltada para a construção da autonomia, por mais que para alguns pareçam óbvios, não foram considerados no processo de formação da maioria de nós – tanto escolar, como familiar. Isso exige um esforço ainda maior na adoção de práticas e posturas nem sempre presentes em nossa experiência como aluno.

Observar os pequenos com olhos de pesquisador permite ao docente avaliar as regularidades e as relações estabelecidas por eles. No entanto, isso demanda uma sistematização nos registros. Mas atenção: alguns modelos de fichas de avaliação engessam e reduzem o desenvolvimento infantil a critérios simplistasque não retratam a criança.

O respeito mútuo e a cooperação têm de acontecer de forma voluntária, oriundos do desejo de cooperar e alcançar um objetivo comum, em uma inter-relação entre os próprios anseios e as perspectivas dos outros membros do grupo. Afirma-se que a autonomia está ligada a capacidade de autor regulação moral e intelectual, em que prevaleça a apreciação pelas regras e não apenas a obediência a elas.

A necessidade da família moderna, onde os pais passam o dia em seus empregos, na correria em executar tantas tarefas acaba exigindo que os filhos amadureçam mais rápido e busquem a realizar atividades sozinhos também é um dos fatores pela busca do desenvolvimento da autonomia.

A escola, por sua vez, vem fazer a complementação neste processo da construção da autonomia infantil, tornando-se responsável pela sua inclusão no contexto educacional.

De fato, ambas visão o mesmo objetivo e devem optar pela junção de suas funções e responsabilidades, garantindo à criança o direito de se tornar autônoma.

Por conseguinte, à medida que a criança se desenvolve, tanto física quanto emocionalmente, vai se tornando capaz de fazer algumas coisas por si mesma e vai adquirindo autonomia. A conquista da autonomia deveria ser, dentro desta perspectiva, um momento de grande realização tanto para os pais quanto para os filhos, pois demarcaria o crescimento de ambos.

**Referências Bibliográficas**

AQUINO, Julio Groppa (org.). **Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1999.

JOBIM E SOUZA, S. **Infância e Linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin.** SP: Papirus, 1994

Piaget J. **Sobre a pedagogia**. São Paulo: Casa do Psicólogo;1998.

Piaget J. **Psicologia e pedagogia**. 9ª ed. Rio de Janeiro:Forense;1998.

Piaget J. **O raciocínio na criança**. Rio de Janeiro: Record;1967. .

Piaget J. **Estudos sociológicos**. Rio de Janeiro:Forense;1973.

Piaget J. **O juízo moral na criança**. 2ª ed. São Paulo:Summus;1994.

Piaget J. **Epistemologia genética**. São Paulo: Martins Fontes;1990.

Piaget J. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. 3ª ed. Rio de Janeiro: LTC;1990.

Piaget J. **A construção do real na criança**. 3ª ed. São Paulo:Ática;1996.

Piaget J **O nascimento da inteligência na criança**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara; 1996.